

APOSTAS ESPORTIVAS

Mais de R\$ 1,3 bi esquecidos

O número de pessoas com saldo nas plataformas de jogos on-line ultrapassa os 26,5 milhões. Elas ainda podem sacar

» RAPHAEL PATI

Um balanço publicado, ontem, pelo Ministério da Fazenda aponta que ainda há cerca de R\$ 1,325 bilhão esquecidos em contas de apostadores nos sites de jogos e cassino on-line. A atualização feita pela pasta também indica que ainda há cerca de 26,5 milhões de CPFs com saldo nas plataformas, mesmo após a proibição às bets determinada pela Medida Provisória (MP) 1.394/26. Apesar do número de apostadores ser expressivo, o ministro Dario Durigan, da Fazenda, disse em entrevista após a divulgação do balanço, que cerca 1% dos apostadores, o que corresponde a pouco mais de 200 mil pessoas, representam 80% do saldo, enquanto 3,4% correspondem a 90% do saldo.

“Tem algumas poucas contas que têm um volume muito grande de saldo remanescente acima de R\$ 500 mil, acima de R\$ 1 milhão. E esses já estão sob investigação, para a gente poder evidenciar às autoridades competentes, em especial Ministério da Justiça e Polícia Federal, se há indício de lavagem de dinheiro, se há indício de alguma irregularidade em relação a isso”, destacou o ministro.

A Fazenda estima que cerca de 40 contas tenham mais de R\$ 500 mil em saldo. Por outro lado, 86,2 milhões de contas têm entre R\$ 0,01 e R\$ 0,99, somando R\$ 15,5 milhões. Vale lembrar que uma mesma pessoa pode ter contas em diferentes plataformas. Por essa razão, o número de contas é maior que o de apostadores.

Segundo o ministro, o governo já solicitou o bloqueio de 11.740 sites à Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Além disso, foi solicitada a remoção de 3.489

Washington Costa/MF



Segundo Durigan, os bancos que operavam com bets são obrigados a devolver esse montante a todos os que possuíam saldo em conta

páginas, perfis, grupos nas redes sociais e mensagerias. Também foram retiradas 1.974 páginas do Facebook, 560 perfis de Instagram, 800.837 canais e grupos de Telegram, 103 perfis no TikTok, 14 grupos no WhatsApp e, também, um servidor no Discord.

Apesar do prazo para retirada dos recursos ter se expirado no dia 5, a partir do dia 9 até 14 de outubro, os bancos que operavam com sites de aposta e cassino online são obrigados a devolver esse montante a todos os que possuíam saldo em conta nessas empresas. Caso esse dinheiro não seja devolvido dentro do prazo

estabelecido na MP, o cliente deve entrar em contato com a Caixa Econômica Federal a partir de 14 de outubro.

Ontem, o governo também derrubou todos os 188 sites oficiais das bets que atuavam legalmente no país até o último mês de setembro.

AGU

A Advocacia-Geral da União (AGU) pediu ao ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), que rejeite as tentativas de entidades do setor de apostas de derrubar a medida provisória editada pelo governo Lula que

proibiu a exploração, a oferta, a intermediação e a publicidade das bets em todo o país. Na manifestação enviada à Corte, a União sustenta que a experiência com o mercado regulamentado mostrou que as regras existentes não foram suficientes para conter os impactos das apostas sobre a saúde e a renda das famílias.

A posição foi apresentada no âmbito da ação que discute a constitucionalidade do marco legal das apostas de quota fixa. A Associação Nacional de Jogos e Loterias (ANJL) e o Instituto Brasileiro de Jogo Responsável (IBJR) querem que o

Supremo suspenda a proibição e restabeleça o modelo anterior. Como alternativas, as entidades pedem a manutenção das operações das empresas já autorizadas pelo Ministério da Fazenda ou prazo de pelo menos seis meses para a descontinuação das atividades.

Na peça, a AGU faz uma defesa da guinada promovida pelo Palácio do Planalto no tratamento das bets. O governo participou da construção do modelo de regulamentação, mas agora argumenta que a experiência acumulada desde a entrada em funcionamento do mercado permitiu dimensionar efeitos

econômicos, sociais e sanitários que não conseguiram ser contidos pela regulação.

Para a União, houve uma situação de “urgência superveniente”. A avaliação é de que não seria necessário o surgimento repentino de um problema para justificar uma resposta imediata do Executivo. O agravamento dos efeitos ou a constatação de que os instrumentos existentes não funcionaram seriam suficientes para uma mudança de política. Segundo a AGU, não se trata de “risco hipotético”, mas de uma realidade amparada por evidências.

Confira o cronograma de devolução

5 de outubro
encerramento do prazo para retirada voluntária dos valores nas plataformas.

6 de outubro
sites e aplicativos de apostas devem ficar indisponíveis.

Até 7 de outubro
empresas encaminham aos bancos os saldos por CPF e a conta bancária utilizada para os depósitos.

De 9 a 14 de outubro
instituições financeiras realizam a devolução aos apostadores.

A partir de 14 de outubro
valores cuja restituição tenha encontrado impedimento são transferidos à Caixa, responsável pela devolução.

CASACOR

ÚLTIMOS DIAS

ATÉ 12.10.2026
CASA DO CANDANGO
SGAS 603 SUL

clube 30%
DE DESCONTO*

“Este projeto foi/é realizado com recursos da Lei de Incentivo à Cultura do Distrito Federal.”

Lei de Incentivo à
Cultura
do Distrito Federal

Decca

claró

Coral

Brasal
INCORPORAÇÕES

Midea

CARRO OFICIAL
JETOUR
PRIMA VIA

APOIO LOCAL
SEBRAE

Sesc
Fecomércio
Senac

MÍDIA PARTNER
CORREIO
BRAZILIENSE
www.CORREIO BRAZILIENSE.com.br

HOTEL OFICIAL
ibis
STYLES

Secretaria de
Cultura e
Economia Criativa